



CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI - PR

Rua Dr. Correia, 139 - Fone/Fax: (42) 3423-2344
CEP 84500-000 - Irati - PR

PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA

Objeto: Parecer sobre o Projeto de Lei nº 075/2019, que “Altera as Leis 3.593/2012 e 2.909/2009, e dá outras providências.”

Vistos, etc.

Foi recebida, por esta Assessoria, solicitação oriunda da Presidência do Legislativo para a elaboração de parecer sobre o projeto de lei em epígrafe, a teor do disposto no art. 2º, II e IV, da Resolução nº 04/2015.

Trata-se de projeto de lei com a finalidade de alterar dispositivos das Leis nº 3.593/2012 e 2.909/2009, que dispõem sobre o Fundo para prover as melhorias na área da Cultura da Cidade de Irati e sobre o Conselho Municipal da Cultura.

É o sucinto relatório.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O presente projeto foi analisado em seus aspectos regimentais, legais e constitucionais.

Verifica-se que o Executivo Municipal pretende, através do presente projeto de lei, alterar os art. 1º e 3º, ambos da Lei 3.593/2012 e revogar o inciso IV do art. 4º da Lei 3.593/2012 e o inciso XIV do art. 2º da Lei 2.909/2009.

Trata-se de proposição referente ao Fundo para prover as melhorias na área da Cultura da Cidade de Irati, que visa transferir a gerência do referido fundo para a Secretaria de Cultura, Patrimônio e Legado Étnico em conjunto com a Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Cultura.



CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI - PR

Rua Dr. Correia, 139 - Fone/Fax: (42) 3423-2344
CEP 84500-000 - Irati - PR

O projeto versa sobre a estruturação e atribuição de órgão da administração pública municipal, consistindo em iniciativa legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 53, III da Lei Orgânica Municipal.

Além disso, o Município possui competência para legislar sobre a matéria, por se tratar de assunto de interesse local, nos termos do art. 30, I da CF e 7º, I da Lei Orgânica Municipal.

De acordo com a justificativa exposta, as mudanças solicitadas são necessárias para a emissão do CNPJ para o Fundo a que se reporta a Lei supracitada, considerando exigência da Secretaria da Fazenda para definir a gestão do Fundo sob a responsabilidade da Secretaria de Cultura, Patrimônio e Legado Étnico, em conjunto com a Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Cultura.

Diante do exposto, conclui-se que a proposição preenche os requisitos legais e constitucionais e está apta a ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Irati/PR, 06 de setembro de 2019.

EDUARDO FREIRE GAMEIRO ZANICOTTI
Assessor Jurídico (OAB/PR nº 55.190)